



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

R. 25 de Julho, n.º 1814 - Fone/Fax (44) 675-1122
CEP - 87.820-000 - CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

LEI Nº 1.508/2002

Dá nova redação a artigos e altera anexo VI da Lei Municipal n.º 1.374/98 a qual dispõe sobre o Código Tributário deste Município, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos, abaixo enumerados, da Lei Municipal n.º 1.374/98, de 28 de dezembro de 1998, a qual dispõe sobre o Código Tributário deste Município, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 359. As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou colocados a sua disposição, e em especial a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, destinada a cobrir as despesas com a energia elétrica consumida e com a administração, operação, manutenção, eficientização e ampliação do serviço de iluminação pública são as seguintes:

I - taxa de limpeza pública e coleta de lixo doméstico;

II - taxa de combate a incêndio;

III - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP;

IV - taxa de conservação de vias e logradouros públicos.

Parágrafo único. A base de cálculo das taxas é o valor estimado para seu custeio e manutenção, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal que será aplicado conforme tabelas próprias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

R. 25 de Julho, n.º 1814 - Fone/Fax (44) 675-1122
CEP - 87.820-000 - CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

CAPÍTULO XII

*DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP*

Seção Única

Do fato Gerador e da incidência

Art. 374. A CIP tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de operação, manutenção do sistema de iluminação pública, em vias e logradouros públicos e da Vila Rural, prestados ao contribuinte ou colocados a sua disposição

§ 1º. A CIP será devida pelos proprietários, titulares de domínio útil ou ocupantes de imóveis urbanos, vila rural, beneficiados ou que venham a se beneficiar, direta ou indiretamente com os serviços de iluminação pública.

Art. 375. O lançamento e a cobrança da CIP será efetuado:

I- pelo Município de Cidade Gaúcha, quando tratar de imóveis considerados sem edificações, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária, e de acordo com tabela própria.

II - pela empresa concessionário do serviço de eletricidade, dos imóveis onde haja ligação permanente à rede de distribuição domiciliar, conforme dispor regulamento próprio baixado pelo executivo municipal.

Parágrafo único. Fica o chefe do executivo municipal autorizado e firmar convênio com a empresa concessionário de energia para lançamento e cobrança da CIP que trata o presente artigo inciso II.

Art. 376. A arrecadação da CIP, quando efetuada pelo Município de Cidade Gaúcha, poderá ser em conjunto com outros tributos, atendendo o princípio da identificação de cada lançamento, ou separadamente conforme dispor regulamento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

R. 25 de Julho, n.º 1814 - Fone/Fax (44) 675-1122
CEP - 87.820-000 - CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

determinando o local e a época do pagamento, quando pela companhia de energia conforme dispor o convênio celebrado com o Município de Cidade Gaúcha.

Parágrafo único. A base de cálculo da CIP de iluminação pública é o custo do serviço estimado pela administração para sua manutenção, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal do Município-UFM."

Art. 2º Fica alterado o ANEXO VI - TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA DE LIXO, CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOURO PÚBLICOS, COMBATE A INCÊNDIO E EM ESPECIAL A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP, passando a vigorar na forma anexa

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de dezembro de 2002.

IDEVAL SANTOS FERRARINI
Prefeito Municipal em exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

R. 25 de Julho, n.º 1814 - Fone/Fax (44) 675-1122
CEP - 87.820-000 - CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

ANEXO VI

**ANEXO VI - TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA ,
COLETA DE LIXO, CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOURO PÚBLICOS,
COMBATE A INCÊNDIO E EM ESPECIAL A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO
DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP**

Grupo	Item	Discriminação	Percentagem da UFM
1		Taxa de Coleta de Lixo	
	A	Residencial por unidade edificada	0,20
	B	Industrial por unidade edificada	0,20
	C	Prestação de Serviços por unidade edificada	0,20
	D	Agropecuária e outras por unidade edificada	0,20
2		Taxa de Limpeza Pública	
	A	Imóveis edificados ou não, por metro linear lindeiro para a via pública	0,25
3		Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP	
	A	Somente para os imóveis não edificados, por metro linear lindeiro para via pública que for atingida pelo serviço de iluminação pública	0,5
	B	Os imóveis edificados, o serviço de iluminação pública será cobrado conforme convênio com a empresa concessionária de energia	
4		Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos	
	A	Vias urbanas e rurais pavimentadas, por metro linear lindeiro para o logradouro	0,25
	B	Quando tratar de imóvel rural que utilizar de via pavimentada e não for lindeiro para a mesma	0,25
	C	Vias e logradouros urbanas e rurais, não pavimentadas, por metro linear lindeiro para as mesmas	0,50
	D	Tratando-se de imóvel rural que não for lindeiro para a via sem pavimentação	0,12
5		Taxa de Combate a Incêndio	
	A	Edificações residenciais com área de até 100m ² (cem metros quadrados) ficam dispensadas do pagamento da taxa	Isento
	B	Edificações residenciais, comerciais, industriais e prestadoras de serviços	0,50